

PROJETO BÁSICO - TRE/PRE/DG/SAF/CRM/SLC**ANEXO I*****CAPÍTULO I - DO OBJETO.***

1. O presente Projeto Básico tem por objeto determinar as condições e os procedimentos que regerão a contratação de empresa especializada para **LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR, bem como sua instalação, operação, manutenção e desinstalação durante o período que serão realizadas as Eleições 2022.**

CAPÍTULO II - DA MOTIVAÇÃO

Visa garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica nos prédios Sede e Fórum Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, onde se realizará a audiência pública para Auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas em condições normais de uso. Assim, tal locação viabilizará a continuidade dos trabalhos do pleito eleitoral de 2022 (1º e 2º Turno, se houver) no caso de interrupção no fornecimento energia pela concessionária. O serviço especializado de locação de grupo gerador consiste em atividade comum e não finalística do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul – TRE/MS.

CAPÍTULO III - DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1. O objeto da contratação é a locação, operação, manutenção e desinstalação de dois Grupos Geradores de, no mínimo 300 KVA, para o prédio sede da Secretaria do TRE/MS e o Fórum Eleitoral, onde será realizada a Auditoria de funcionamento das Urnas Eletrônicas, durante o Primeiro Turno (02/10/2022) e Segundo Turno (30/10/2022, se houver), conforme endereços abaixo:
 - Secretaria do TRE/MS: Avenida Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, Campo Grande, MS;
 - Fórum Eleitoral de Campo Grande: Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180, Parque dos Poderes, Campo Grande, MS.
2. Os quantitativos dos serviços a serem contratados estão discriminados na tabela abaixo:

GRUPO 1 (formado pelos itens 1 e 2)

ITEM 1 - Locação de Grupo Gerador com potência mínima de 300 KVA, em modo de espera (stand by), conforme Capítulo I, para o PRIMEIRO TURNO.

Locais e Datas:

1. Secretaria do TRE/MS (Prédio Sede) situado na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, nº 23, Parque dos Poderes, Campo Grande/MS.
2. Fórum Eleitoral situado na Rua Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180, Parque dos Poderes, Campo Grande/MS.

Datas:

1º Turno das Eleições: 02/10/2022

2º Turno das Eleições: 30/10/2022 (se houver)

A entrega dos equipamentos deverá acontecer, para o 1º TURNO DAS ELEIÇÕES até 01/10/2022 às 21h, e a retirada após às 08h do dia 03/10/2022.

A entrega dos equipamentos deverá acontecer, para o 2º TURNO DAS ELEIÇÕES até 29/10/2022 às 21h e a retirada após às 08h do dia 31/10/2022.

Estão inclusos na contratação:

- a mobilização e desmobilização dos equipamentos (transporte vertical e horizontal);
- fornecimento cabos de ligação compatíveis com a respectiva potência e de comprimento mínimo de 20 metros, bem como de todos os materiais e ferramentas necessários à instalação, operação e manutenção, incluindo baterias, óleo

lubrificante, instrumentos e chaves, em conformidade com as especificações técnicas do equipamento gerador e carga instalada;

- permanência de técnico no local (podendo ser 1 técnico para os dois grupos geradores, tendo em vista a proximidade dos prédios) das 06:00 às 22:00 no dia da eleição;

- combustível suficiente para funcionamento dos motores, caso necessário.

Unidade	Quantidade	Valor unitário máximo estimado	Valor Total máximo estimado
Unidade	4	R\$ 6.600,00	R\$ 26.400,00
Intervalo mínimo entre os lances, sobre o preço total		R\$ 10,00	

2.1. Quantidade 4 refere-se a 2 unidades, um para cada prédio (Prédio Sede da Secretaria e Fórum Eleitoral) para o primeiro e segundo turnos, este se houver.

ITEM 2 - Horas de operação de Grupo Gerador com potência mínima de 300 KVA, constante no ITEM 1.

Unidade	Quantidade	Valor unitário máximo estimado	Valor Total máximo estimado
Horas	48	R\$ 200,00	R\$ 9.600,00
Intervalo mínimo entre os lances, sobre o preço total		R\$ 10,00	

2.2. A quantidade de horas prevista no Item 2 refere-se à locação de dois grupos geradores, para os dois turnos da eleição, considerando o uso de 12h por turno, por gerador, resultando em 48 horas de operação, caso necessário.

3. Será pago à contratada o valor referente à disponibilidade dos equipamentos nos prédios (*stand by*) (ITEM 1).

3.1. Apenas na necessidade de funcionamento dos motores devido à falta de energia na rede pública, será pago à contratada o valor referente à hora de operação dos geradores, proporcionalmente ao tempo em que o(s) grupo(s) gerador(es) permanecerem em funcionamento (ITEM 2).

4. O valor total da contratação deverá contemplar a locação dos dois grupos geradores, para os dois turnos da eleição, com 48 horas de operação, caso necessário.

5. Para o Primeiro Turno, que acontecerá em 02/10/2022, a entrega dos equipamentos deverá acontecer até 01/10/2022 às 21:00, e a retirada após às 08:00 do dia 03/10/2022.

6. Para o Segundo Turno, que acontecerá em 30/10/2022, a entrega dos equipamentos deverá acontecer até 29/10/2022 às 21:00, e a retirada após às 08:00 do dia 31/10/2022.

7. A empresa proponente deverá encaminhar a **proposta detalhada**, contendo os quantitativos e valores unitários e totais para os serviços que compõem a contratação.

8. O serviço deve ser executado em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT; as disposições legais pertinentes dos órgãos governamentais de segurança, os manuais e orientações técnicas específicas dos equipamentos e instalações, as prescrições e recomendações dos fabricantes dos equipamentos quanto aos procedimentos de manutenção e operação e os regulamentos das empresas concessionárias de energia.

CAPÍTULO IV - DA VISTORIA TÉCNICA.

1. Recomenda-se que as empresas interessadas façam vistoria nos locais onde serão instalados os grupo geradores, para melhor conhecimento das condições de execução do objeto, do grau de dificuldades existente, das características e peculiaridades dos serviços e, conseqüentemente, subsidiar a elaboração das propostas.

2. A vistoria poderá ser realizada por empregado, sócio ou preposto da empresa, até o segundo dia útil anterior ao da apresentação das propostas, em companhia de servidor da Coordenadoria de Engenharia do TRE/MS, **através de agendamento pelo telefone (67) 2107-7221 ou coeng@tre-ms.jus.br**.

2.1. Não será permitida vistoria de duas ou mais empresas concomitantemente.

3. A licitante contratada ficará responsável pela execução integral do objeto do contrato, não podendo alegar desconhecimento de peculiaridades existentes pela não realização da vistoria ou por omissões no momento da sua realização.

CAPÍTULO V – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. Em relação à Qualificação Técnica, a empresa proponente deverá apresentar:

- a) CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO (emitido por entidade profissional competente) ou ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa executou satisfatoriamente serviços de locação de grupo gerador de potência igual ou superior a 300kva;
- b) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA ou Conselho profissional correspondente, dentro de seu prazo de validade, em conformidade com o art. 30, I, da Lei n. 8.666/1993.

CAPÍTULO VI - FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.

1. A fiscalização, acompanhamento e orientação dos serviços ficarão a cargo de servidor lotado na Coordenadoria de Engenharia (COENG) devidamente designado por Portaria da Direção Geral do TRE/MS;
2. A Fiscalização tem autoridade para exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços;
3. A fiscalização terá plenos poderes para decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique transferência de responsabilidade sobre a execução da mesma, a qual será única e exclusivamente de competência da empresa ou pessoa física contratada;
4. As relações entre o Tribunal e a empresa contratada serão mantidas prioritariamente por intermédio da Fiscalização;
5. A fiscalização anotarás em registro próprio as falhas detectadas e demais informações que julgar conveniente, emitindo as respectivas Ordens de Serviço (O.S) ou Ofícios, encaminhados por meio de correio eletrônico;
6. À Fiscalização é assegurado o direito de ordenar a suspensão dos trabalhos e serviços sem prejuízos das penalidades a que a empresa ou pessoa física contratada ficar sujeita e sem que tenha direito a qualquer indenização, no caso de não serem atendidas as suas determinações quanto a regular execução dos serviços dentro do prazo de 30 (trinta) minutos, contados a partir da comunicação do fiscal que acompanhara os serviços.

CAPÍTULO VII - DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE A ACOMPANHAM

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, por meio eletrônico e conter a indicação do serviço, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade e preços unitário e total.

1.1. Deverá ser emitida nota fiscal/fatura, somente dos serviços efetivamente realizados.

2. Deverão acompanhar a Nota Fiscal/Fatura, os seguintes documentos:

1. CND - INSS, ou a Certidão Negativa de Débitos Relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Ministério da Fazenda);
2. CRF – Certidão de Regularidade do FGTS (Caixa Econômica Federal), caso a apresentada na licitação esteja vencida;
3. CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
4. DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELO SIMPLES, caso a empresa seja optante;

3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

- a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;
- b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO VIII - DO PAGAMENTO E REAJUSTE

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o ateste da Nota Fiscal pela fiscalização, que o fará após a análise dos serviços entregues e desde que seja encaminhada juntamente com todos os documentos elencados no Capítulo V deste Projeto Básico.

1.1 A fiscalização terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para fazer o ateste da nota fiscal, contando-se esse prazo a partir do dia seguinte ao dia do recibo da Nota Fiscal, juntamente com os documentos elencados no Capítulo V deste Projeto Básico.

2. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

3. O valor do Contrato poderá ser reajustado de acordo com o índice previsto pelo IPCA/IBGE ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, após decorridos 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura do Contrato ou recebimento de instrumento equivalentemente, caso haja interesse do TRE/MS, sempre observando a legislação e normas vigentes.

CAPÍTULO IX - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

1. Executar os serviços na forma e prazos determinados neste Projeto Básico, sem prejuízo do acompanhamento da execução dos serviços pela Fiscalização.

2. Atender as solicitações e determinações da Fiscalização, feitas por Ofício ou Ordens de Serviços, bem como fornecer todas as informações e elementos necessários à fiscalização.

3. Coordenar os serviços de sua equipe de técnicos, dando conhecimento e fazendo cumprir o estabelecido neste Projeto Básico.

4. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Fiscalização ou pelo Tribunal seja quanto à execução dos serviços, seja quanto à parte burocrática.

5. Responsabilizar-se perante sua equipe técnica por todas as despesas inerentes aos contratos de trabalhos ou de prestação de serviços, bem como arcar com as despesas decorrentes do deslocamento de seus técnicos aos locais de instalação.

6. Responsabilizar-se-á por quaisquer danos e/ou prejuízos causados por seus funcionários aos equipamentos, instalações gerais e patrimônio do TRE/MS, inclusive danos materiais e pessoais causados a terceiros.

7. Executar as etapas dos serviços nos prazos estabelecidos, e ainda, concluir todo o objeto contratado dentro do prazo total fixado, salvo se adiantar os serviços.

8. Compor sua equipe de técnicos altamente especializados para a execução dos serviços, de forma a garantir o desenvolvimento dos projetos dentro da mais perfeita técnica e sempre obedecendo às recomendações das normas vigentes da ABNT, ANEEL, concessionária local e fabricante.

9. Manter, durante todo o prazo de execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10. Comunicar à fiscalização, por escrito, do término dos serviços.

11. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).

12. Dar plena ciência do disposto na Resolução 665/2019, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades a pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS.

13. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.

13.1. O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso).

14. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

CAPITULO X - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. Fornecer à Contratada todas as informações solicitadas, e requerer alterações/correções para posteriormente aprová-los;
2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados;
3. Exigir da Contratada o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação;
4. Verificar a manutenção pela Contratada das condições de habilitação estabelecidas na licitação;
5. Efetuar o pagamento das parcelas após a apresentação da Nota Fiscal e demais documentos exigidos no Capítulo V.
6. Aplicar penalidades à Contratada, por descumprimento contratual;

Natália Camillo de Lelles

COFIC

Integrante Demandante

Diogo Campos dos Anjos

COENG

Integrante Técnico

Graziela Gonçalves Silva Jurado

SLC

Integrante Administrativo

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO



Documento assinado eletronicamente por **GRAZIELA GONÇALVES SILVA JURADO**, Técnico Judiciário, em 18/08/2022, às 16:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.app.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1268058** e o código CRC **234FFE9A**.